

ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO
CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
TERCEIRA SESSÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA

DE 4 DE JULHO A 2 DE AGOSTO DE 1888

VOLUME III

RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1888

ÍNDICE¹

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VOLUME

CORRESPONDÊNCIA

Do **Ministério da Justiça**.- De 28 de Junho findo, em resposta ao ofício n. 95 de 8 do mesmo mês, devolvendo informado o requerimento em que o bacharel Octavio Affonso de Mello, juiz municipal e de órfãos do termo de Guarapari, na província do Espírito Santo, pede pagamento da gratificação complementar, de acordo com a dotação aprovada em 14 de junho de 1884, a contar dessa data a junho de 1885. P. 1

Do **Sr. conselheiro Rodrigo Augusto da Silva**.- De 30 de Junho findo, participando que, por decreto de 27 do mesmo mês, foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupava interinamente, e do qual foi na mesma data exonerado o Sr. conselheiro Antonio da Silva Prado. P. 1

Do **Ministério de Estrangeiros**.- De 3 do corrente mês, pedindo a designação do dia e hora a fim de apresentar uma proposta do Poder Executivo para a concessão de um crédito suplementar, a fim de ocorrer ás despesas da rubrica 7^a- Comissão de limites-do art. 4^o da lei do orçamento do exercício, financeira de 1886-1887 e 2^o semestre de 1887. P. 2

Do **Ministério da Fazenda**.- De 30 de Junho indo, em resposta ao ofício de 15 do mesmo mês, devolvendo informado o requerimento em que a Sociedade Amante da Instrução pede restituição da importância que pagou de transmissão de propriedade pela compra que fez de uma chácara a rua do Ipiranga, onde está estabelecido o Asilo de Órfãos que a mesma sociedade mantém há mais de 40 anos. P. 17

Do **mesmo Ministério**.- De 3 do corrente, em resposta ao ofício n. 119 de 18 de junho findo, devolvendo informado o requerimento em que o ex-guarda da alfândega de Pernambuco Diomedes Bezerra de Mello pede sua reforma. P. 17

Do **Sr. 1^o secretário do Senado**.- De 4 do corrente, participando haver constado aquela Câmara a sanção da resolução da Assembleia Geral Legislativa que manda contar ao tenente do 3^o regimento de cavalaria ligeira Antonio Facundo de Castro Menezes a antiguidade do posto de 29 de novembro de 1880. P. 17

Do **mesmo**.- Da mesma data, comunicando que pelo Senado foi adotada e vai ser dirigida à sanção imperial a resolução que releva a prescrição em que incorreu D. Maria Deolinda

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Azambuja, viúva do capitão Jeronymo Pacheco de Azambuja, para lhe ser abonado o respectivo meio soldo da data da resolução de 8 de setembro de 1875. P. 17

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.**- De 4 do corrente, em resposta ao ofício de 19 de julho de 1887, n. 174, transmitindo as informações prestadas pela presidência da província de Santa Catarina relativamente ao projeto n. 81 de 1886, que autoriza o governo a despende certa quantia com os estudos e melhoramento da barra da Laguna naquela província. P. 40

Do **mesmo Ministério.**- De 5 do corrente, pedindo que sejam enviados àquele ministério, a fim de terem o conveniente destino, os papéis com que o capitão do Corpo de Bombeiros Antonio Verissimo Ivo de Abreu instruiu uma petição que dirigiu a esta Câmara, em 12 de junho de 1883, na qual pediu a reforma que acaba de lhe ser concedida pelo governo. P. 40

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, em resposta ao ofício n. 138 de 26 de junho último, em que foram pedidas informações sobre o requerimento de Pedro Getulio Monteiro de Mendonça, que pede privilegio para o prolongamento dos trilhos da estrada de ferro Minas e Rio, declarando que o governo aguarda as que requisitou acerca da aludida pretensão. P. 40

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, em resposta ao ofício de 15 de junho último, devolvendo informado o requerimento o documentado em que Honorio Lima pede diversos favores para a fábrica de papel que pretende estabelecer. P. 40

Do **Ministério do Império.**- Da mesma data, em resposta ao ofício de 26 de junho último, remetendo cópias das informações prestadas pelo presidente da província de Mato Grosso e pelo Revmo. Bispo da diocese de Cuiabá sobre o requerimento em que o cônego Antonio Henriques de Carvalho Ferreira pede ser jubilado no lugar de professor do seminário episcopal da referida diocese. P. 40

Do **mesmo Ministério.**- De 6 do corrente, em resposta ao ofício de 21 de junho último, sob n. 126, devolvendo informado o requerimento documentado, em que o engenheiro Antonio Lustosa Pereira Braga propõe-se a prolongar a rua das Laranjeiras até ao mar e a do Senador Correia até à de Carvalho de Sá. P. 40

Do **Sr. 1º secretário do Senado.**- De 6 do corrente, comunicando haver constado aquela Câmara ter sido sancionado a decreto da Assembleia Geral declarando extinta a escravidão no Brasil. P. 63

Do **Ministério do Império.**- De 27 do corrente, em resposta ao ofício de 5 do corrente comunicando que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, ficou inteirada das pessoas que compõem a Mesa desta Câmara no terceiro mês da atual sessão. P. 64

Do **Ministério da Justiça.**- De 5 do corrente, enviando o autógrafo sancionado da resolução da Assembleia Geral de 27 de junho último, e relativo à aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça. P. 64

Do **Ministério da Agricultura**.- De 7 do corrente, em resposta ao ofício de n. 141 de 26 de junho último, devolvendo informado o requerimento em que o escriturário da fiscalização da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco solicitou da Assembleia Geral Legislativa o aumento dos atuais vencimentos do aludido cargo. P. 64

Do **Ministério da Agricultura**.- De 7 do corrente, em resposta ao ofício de n. 25, de 5 de maio próximo findo, transmitindo cópia da informação prestada pelo diretor da estrada de ferro D. Pedro II sobre o motivo por que não tem sido inaugurado definitivamente o ramal de Ouro Preto, que está aberto ao tráfego provisório desde o mês de dezembro do ano último. P. 65

Do **Sr. deputado Affonso Augusto Moreira Penna**.- De 9 do corrente, comunicando não poder comparecer ás sessões por haver recebido notícia do passamento de um seu parente. P. 65

Do **Ministério da Guerra**.- De 3 do corrente, em resposta ao ofício n. 124, de 20 de junho findo, devolvendo, informado, o requerimento documentado, em que o soldado reformado do exército Antonio Balbino dos Anjos pede pagamento da diferença do soldo diário de 90 réis que deixou de receber de 1867 até a data da nova provisão, que se lhe passou. P. 95

Do **mesmo Ministério**.- De 5 do corrente, em resposta ao ofício n. 103 de 15 de junho findo, devolvendo informado o requerimento em que o alferes honorário Antonio Paes de Sá Barreto pede pagamento de vencimentos a que se julga com direito. P. 95

Do **Ministério da Marinha**.- De 6 do corrente, enviando informado o requerimento no qual os empregados da secretaria da Inspeção do Arsenal de Marinha da Corte pedem sejam aumentados seus vencimentos. P. 95

Do **Ministério da Guerra**.- De 7 do corrente, transmitindo os requerimentos em que os 2^{os} cadetes do 1^o regimento de cavalaria ligeira Bento Antonio de Souza e Heron Koehler da Silva pedem dispensa de excesso de idade, a fim de se matriculem na Escola Militar da Corte. P. 95

Do **Ministério da Guerra**.- De 9 do corrente, em resposta ao ofício n. 88 de 7 de junho último, remetendo a demonstração dos créditos distribuídos e da despesa feita com as obras do quartel da companhia de infantaria da província da Paraíba. P. 95

Do **Ministério do Império**.- De 10 do corrente, enviando cópia do ofício em que o diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo transmite as felicitações que a congregação da mesma Faculdade dirige a Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, a Assembleia Geral Legislativa e ao Governo Imperial, pela promulgação da lei que declarou extinta a escravidão no Brasil. P. 95

Do **Ministério da Agricultura**.- De 10 do corrente, em resposta ao ofício de 6 do corrente, transmitindo a informação prestada pelo engenheiro fiscal do governo junto à companhia *Rio de Janeiro City Improvements*, sobre serviços a cargo da mesma companhia. P. 120

Do **mesmo Ministério**.- De 11 do corrente, em resposta ao ofício de 8 de junho último, prestando informações relativas nos trabalhos da comissão de terras do município de Manhuaçu, na província de Minas Gerais. P. 120

Do **Ministério da Marinha**.- De 7 do corrente, transmitindo não só o requerimento em que o capitão-tenente Antonio Calmon du Pin e Almeida pede ser colocado no lugar que diz competir-

lhe na respectiva escala, mas também a consulta da secção de guerra e marinha do Conselho de Estado, e mais papéis sobre o requerimento pelo mesmo official anteriormente dirigido no governo imperial. P. 120

Do **Sr. 1º secretário do Senado.** - De 12 do corrente, comunicando que o Senado adotou e vai dirigir à sanção imperial a resolução que autoriza o governo a despende até a quantia de 300:000\$ para auxiliar a comissão franco-brasileira para a exposição "universal de Paris, e os expositores que concorrerem a essa exposição. P. 140

Do **Ministério da Agricultura.**- De 11 do corrente, em resposta ao officio de 11 de Outubro do ano próximo findo, devolvendo, informado, o requerimento de vários moradores do município do Tubarão, província de Santa Catarina, em que pedem para que seja facultado a todos os navios carregarem e descarregarem no porto de Imbituba, daquele município. P. 140

Do **Ministério da Guerra.**- De 11 do corrente, transmitindo o requerimento em que o 2º cadete do 13º batalhão de infantaria Edmundo Castello Branco e Silva pede dispensa de excesso de idade para se poder matricular na Escola Militar da província do Rio Grande do Sul. P. 140

Do **Sr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado.**- De 28 do mês findo, remetendo dois exemplares do relatório com que pelo Sr. Dr. Enéas de Araujo Torreão lhe foi entregue a administração da província do Ceará a 21 de Abril último. P. 140

Do **Sr. deputado João Penido.**- Datado de 14 do corrente, comunicando que, por incômodo em pessoa de sua família, deixa de comparecer temporariamente ás sessões. P. 164

Do **Ministério da Justiça.**- De 4 do corrente, comunicando, em resposta ao officio n. 142, de 26 do mês findo, que aguarda as cópias dos processos instaurados contra João Alves Feitosa Atalaia e Joaquim Antero da Silva Vieira por crimes de perjúrio e morte, as quais foram exigidas da presidência de Pernambuco. P. 164

Do **mesmo Ministério.**- E da mesma data, em resposta no officio n. 132, de 23 do mês findo, comunicando que aguarda as informações que exigiu da presidência de Goiás, sobre as correrias de índios na comarca do Rio Verde. P. 164

Do **mesmo Ministério.**- De 14 do corrente, remetendo, informado, o requerimento em que o desembargador da Relação de S. Luiz, Guilherme Cordeiro Coelho e Cintra, pede licença com o respectivo ordenado. P. 164

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.**- Da mesma data, transmitindo o requerimento em que Firmino Duarte Silva pede privilegio, por 20 anos, para o estabelecimento de salinas na província de Santa Catarina. P. 164

Do **Sr. deputado Delfino Cintra.**- Datado de hoje, comunicando que, por haver falecido um seu irmão, deixa de comparecer ás sessões. P. 168

Do **Ministério da Marinha.**- De 13 do corrente, em resposta ao officio n. 152 de 2 do corrente mês, declarando que, à vista do art. 5º da lei n. 3349 de 20 de Outubro do ano passado, ficou prejudicado o requerimento em que uma comissão de operários do Arsenal de Marinha da Corte pede revogação do decreto n. 3274 bis de 12 de Junho de 1886. P. 168

Do **Ministério da Guerra**.- De 12 do corrente, em resposta ao ofício n. 118 de 18 do mês findo, devolvendo informado o requerimento em que D. Anna Joaquina de Leivas Barros pede melhoramento do meio soldo que percebe como viúva do cirurgião de divisão Dr. Polycarpo Cesario de Barros. P. 191

Do **mesmo Ministério**.- De 13 do corrente, transmitindo informado o requerimento em que o coronel João Theodoro Pereira de Mello, por se e pelos oficiais do 20º batalhão de infantaria, que comando, pede que seja elevada ao dobro, como têm os oficiais das guarnições do Amazonas e Mato Grosso, a gratificação adicional que percebem, ou aumentada a etapa, como se praticou com os da do Pará. P. 191

Do **Ministério da Marinha** – De 14 do corrente, em resposta ao ofício n. 120 de 21 de julho último, transmitindo cópia da informação prestada pela Inspeção do Arsenal de Marinha da Corte sobre o requerimento em que os escreventes das oficinas do mesmo arsenal pedem aumento de vencimentos. P. 191

Do **Ministério da Fazenda** – Da mesma data, em resposta ao ofício n. 128 de 21 de Junho último, devolvendo informada a representação da Assembleia Provincial de Minas Gerais sobre a reforma do Juízo dos Feitos, cometendo-se aos juizes municipais a execução do debito ativo do Estado. P. 191

Do **mesmo Ministério** – de 17 do corrente, em resposta ao ofício n. 87 de 7 de junho findo, devolvendo informado o requerimento em que a mesa administrativa do Colégio dos Órfãos de S. Joaquim, na Bahia, pede isenção do imposto de transmissão para as apólices que lhe forem legadas. P. 119.

Do **Sr. 1º secretário do Senado** – De 17 do corrente, comunicando haver constado àquela Câmara ter sido sancionada a resolução da Assembleia Geral que releva a prescrição em que incorreu D. Maria Deolinda de Azambuja, para ser abonado o respectivo meio soldo da data da resolução de 8 de setembro de 1875. P. 191

Do **Sr. 1º secretário da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais** – De 15 do corrente, transmitindo a representação em que a mesma Assembleia Provincial pede a adoção de algumas medidas. P. 191.

Do **Sr. Manoel José Soares** – De 17 do corrente, comunicando haver tomado assento no Senado como representante da província de Minas Gerais. P. 191.

Do **Dr. J. Avelino Gurgel do Amaral** – Da mesma data, comunicando que por ato de 12 do corrente, foi nomeado diretor do *Diario Official*, havendo entrado em exercício no dia 14. P. 191

Do **Ministério do Império** – de 19 do corrente, em resposta ao ofício n. 180 de 17 do corrente mês, comunicando haver expedido as convenientes ordens para que, no prazo da lei, se proceda no 4º distrito eleitoral da província da Paraíba a nova eleição de deputado, a fim de ser preenchida a vaga deixada pelo falecimento do Dr. Elias Frederico da Almeida e Albuquerque. P. 218.

Do **mesmo Ministério** – E da mesma data, em resposta ao ofício n. 181 de 17 do corrente, declarando haver comunicado ao presidente da província do Rio de Janeiro a decisão desta Câmara sobre a eleição a que se procedeu recentemente no 9º distrito eleitoral da mesma província. P. 218.

Do **Ministério do Império**.- De 20 do corrente, em resposta ao ofício n. 190 de 18 do corrente mês, comunicando haver providenciado para que, dentro do prazo legal, se proceda a nova eleição de deputado no 14º distrito da província de Minas Gerais, para preenchimento da vaga do comendador Manoel José Soares, que tomou assento no Senado. P. 245

Do **mesmo Ministério**.- E da mesma data, transmitindo a petição em que o Rev. diretor da Colônia Orfanológica Isabel solicita seja consignada na lei do orçamento a quantia de 50:000\$ para auxilio daquele estabelecimento. P.245

Do **Sr. deputado João Henrique Vieira da Silva**.- Datado de hoje, comunicando não poder comparecer ás sessões por haver ontem falecido seu pai. P. 246

Do **Ministério da Fazenda**.- De 21 do corrente, em resposta, no ofício n. 61 de 28 de maio último prestando informações sobre o projeto desta Câmara, n. 84 de 1887, sobre dispensa do concurso de 2ª entrância aos empregados das Alfândegas do Império. P. 246

Do **mesmo Ministério**.- E da mesma data, em resposta ao ofício n. 113, de 18 de junho último, devolvendo informado o requerimento em que D. Jacintha Martins do Couto Reis, filha do falecido tenente-general Manoel Martins do Couto Reis, pede ser relevada da prescrição em que incorreu para a percepção de parte do meio soldo que lhe compete. P. 246

Do **Ministério da Guerra**.- De 17 do corrente, em resposta no ofício n. 130 de 21 de junho último, devolvendo informado o requerimento em que D. Maria de Nazareth dos Passos pede que o meio-soldo que percebe por falecimento de seu marido, o major reformado do exército João dos Passos Nepomuceno, seja calculado pela tabela de 8 de fevereiro de 1873. P. 261

Do **mesmo Ministério**.- De 19 do corrente, transmitindo o requerimento em que o alferes do 10º batalhão de infantaria João Ignacio da Silva pede dispensa de excesso de idade para se matricular em alguma das escolas militares. P. 261

Do **Ministério do Império**.- De 24 do corrente, em resposta ao ofício de 15 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que os guardas da Escola Politécnica pedem equiparação dos seus vencimentos aos dos bedéis das Faculdades de Medicina e inspetores do Externato do Imperial Colégio de Pedro II. P. 275

Do **mesmo Ministério**.- Da mesma data, em resposta ao ofício de 15 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que os inspetores do Asilo de Meninos Desvalidos pedem sejam elevados seus vencimentos. P. 275

Do **Ministério da Guerra**.- De 21 do corrente, em resposta ao ofício n. 176 de 12 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que os empregados da Intendência e do Arsenal de Guerra da Corte pedem aumento de vencimentos. P. 287

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.**- De 24 do corrente, em resposta ao ofício de 26 do mês findo, devolvendo informado o requerimento em que diversos cidadãos residentes em Paranaguá, província do Paraná, representam contra a supressão da escala daquele porto, nas viagens realizadas pelos vapores da Companhia Nacional de Navegação. P. 287

Do **Sr. 1º secretário do Senado.**- De 27 do corrente, comunicando haver constado à mesma Câmara ter sido sancionada a resolução que autoriza o governo a despender até a quantia de 300:000\$ para auxiliar a Comissão Franco-brasileira da Exposição Universal de 1889 em Paris. P. 325

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.**- Da mesma data, em resposta ao ofício n. 196 de 20 do corrente, declarando que aguarda as informações que exigiu da Inspetoria das Obras Públicas sobre a petição dos proprietários da estrada de ferro do Corcovado, que pretendem um quilometro de terrenos para cada lado da linha. P. 325

Do **Ministério da Fazenda.**- Da mesma data, em resposta ao ofício n. 86 de 7 do mês próximo passado, devolvendo informado o requerimento em que a Sociedade Montepio dos Artistas Cachoeiranos, da Bahia, pede isenção do imposto predial para as casas que possui na cidade da Cachoeira e também que se designe o valor que poderá possuir em propriedades. P. 325

Do **mesmo Ministério.** Da mesma data, em resposta ao ofício n. 175 de 12 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que os operários da Imprensa Nacional e do Diário Oficial pedem os mesmos favores e garantias de que gozam os operários da Casa da Moeda, por virtude do decreto n. 5536 de 31 de janeiro de 1874. P. 325

Do **Sr. 1º secretário do Senado.**- De 27 do corrente, participando que por aquela Câmara foi adotada e vai dirigir à sanção imperial a resolução que aprova o decreto de 20 de novembro de 1886, elevando a pensão de Felizardo José da Silva a 500 rs. diários. P. 327

Do **Ministério da Guerra.**- Da mesma data, transmitindo o requerimento em que o alferes do 13º batalhão de infantaria Domingos Augusto de Mendonça Rocha, pede licença para se matricular no curso preparatório da Escola Militar da província do Rio Grande do Sul, independentemente do disposto no art. 239 do respectivo regulamento. P. 327

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, transmitindo o requerimento em que o alferes do 13º batalhão de infantaria Luiz José Pimenta pede que a transferência que obteve da arma de cavalaria para aquela seja considerada sem perda de antiguidade de posto. P. 237

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** -De 31 de Julho findo, em resposta ao ofício n. 194 de 20 do mesmo mês, prestando informações sobre a mudança de horário do ramal de Caldas, da estrada de ferro Mogiana. P. 358

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, transmitindo o requerimento da companhia da Estrada de Ferro Central das Alagoas, relativo à concessão de diversos favores. P. 353

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, em resposta ao ofício n. 197 de 20 do mês findo, comunicando aguardar as informações que requisitou à presidência da província do Paraná

sobre o requerimento de Carlos Gianelli e outro, que pedem privilegio para uma estrada de ferro de Curitiba à fronteira daquela província com a República Argentina. P. 353

Do **Sr. 1º secretário do Senado.**- De 1 do corrente, remetendo com uma emenda, a proposição que fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1889. P. 389

Do **mesmo Ministério.**- Da mesma data, remetendo, com emendas, a proposição que fixa a força naval para o ano financeiro de 1889. P. 389

Do **Ministério da Fazenda.**- De 31 do mês findo, em resposta ao ofício de 10 do mesmo mês de julho, devolvendo informado o requerimento em que Melchert & C.^a solicitam que se tornem extensivos à fábrica de papel, que fundaram no Salto do Itu, os favores concedidos pelo art. 3º § 13 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887. P. 389

Do **mesmo.**- Da mesma data, em resposta ao ofício de 7 de julho findo, devolvendo informado o requerimento de Antonio Vianna, que se propõe a introduzir melhoramentos no bairro do Engenho Velho, mediante a concessão de certos favores. P. 389

Do **Ministério dos Negócios Estrangeiros.**- Da mesma data, transmitindo cópia de uma nota com que o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai envia uma mensagem, em que o Presidente da Câmara dos Deputados dessa República transmite-lhe a expressão de simpatia e as congratulações da mesma Câmara ao Parlamento Brasileiro pelo recente ato da extinção da escravidão. P. 389

Requerimentos de deputados

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro que se requisite do governo pelo Ministério da Fazenda, com urgência, as seguintes informações:

Nota dos prejuízos sofridos pelo Banco do Brasil desde a criação de sua carteira hipotecária, com discriminação dos que forem devidos a estudos que tiverem sido determinados pelas operações da carteira comercial, e mencionando-se as principais operações em que se deram os prejuízos. P. 2

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.**- Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Justiça, que providências tomou para que seja punido o atentado que denunciou à Câmara, de haver sido seviciada uma ingênua de 15 anos de idade na cidade de Valença, província do Rio de Janeiro, depois de haver sido conservada no tronco com um pesado ferro no pescoço, quando já era lei do Estado o decreto n. 3353. P. 2

Requeiro que o governo informe, por intermédio do nobre Ministro da Justiça, que motivos determinaram a demissão das autoridades policiais de Magé e Sapucaia, da província do Rio de Janeiro. P. 2

Do **Sr. Pedro Beltrão.**- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual o traçado adotado para o ramal do Cabedello, da estrada de ferro do Conde d'Eu. P. 2

Do **Sr. Lemos.**- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informe o governo se julga conveniente o prolongamento do ramal de Ouro Preto, da estrada de ferro D. Pedro II até Itabira de Mato Dentro, passando pelos municípios de Mariana e Santa Bárbara e, no caso afirmativo, que providências tem dado para a realização desta ideia. P. 2

Do **Sr. Affonso Celso.**- Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo qual o motivo por que não foi ainda nomeado presidente para a província de Minas Gerais. P. 9

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se tem conhecimento dos motivos que impedem de funcionar a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. P. 9

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se requisite do governo cópia das comunicações oficiais recebidas sobre os distúrbios ultimamente ocorridos em Pirapetinga, província de Minas Gerais. P. 9

Requeiro que, pelo Ministério do Império, se requisite do governo cópia das razões de não sanção com que o presidente da província da Bahia devolveu à respectiva Assembleia a lei que suprimiu um dos cartórios do termo de Santo Antonio de Jesus, informando o mesmo governo se julga regular o ato daquele funcionário preenchendo vitaliciamente o officio de justiça supresso, antes que a Assembleia deliberasse sobre o seu voto suspensivo. P. 9

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste informações o governo, sobre as providências tomadas para conter e punir as autoridades da cidade de Grão Mogol, província de Minas Gerais, autoridades, cuja única preocupação parece ser provocar e vexar por todos os meios o pacifico povo da localidade. P. 9

Do **Sr. Affonso Penna.**- Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Quais os motivos por que os fiscaes da companhia *City Improvements* consentem que esta deixe abertas valas em diversas ruas da cidade, como na rua Buarque de Macedo e outras, com grave prejuízo da saúde pública? P. 17

Do **Sr. Pedro Luiz.**- Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, sejam fornecidas as seguintes informações:

1º Quantos empregados das repartições de Fazenda estão adidos ao Tesouro Nacional:

2º O nome desses empregados, com a indicação da data em que foram mandados adir ao Tesouro. P. 18

Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, me sejam fornecidas as seguintes informações:

1º Uma lista de todos os officiaes arregimentados pertencentes a corpos estacionados fora do Rio de Janeiro, e que se acham adidos a corpos na guarnição da Corte, indicando-se nesta lista a data em que cada um dos officiaes foi mandado adir. P. 19

Do **Sr. Coelho Rodrigues.**- Requeiro que se peçam informações ao governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, sobre os seguintes pontos:

1º Desde quando terminou o prazo da concorrência aberta para a execução das obras do porto de Santos;

2º Quantas propostas foram oferecidas e qual e preferível na opinião do respectivo ministro;

3º Qual o motivo da demora que tem havido na decisão do governo sobre essa preferência. P. 19

Do Sr. Mascarenhas.- Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Agricultura, se tem algum agente remunerado na Suécia, com o fim de mandar imigrantes para o Brasil, e, no caso afirmativo, que despesa se faz com esse agente, e quantos suecos nos tem ele mandado. P. 43

Do Sr. Custodio Martins.- Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo que providências foram tomadas para garantir a ordem pública alterada por agentes da autoridade policial na paróquia de Paulo Moreira, província de Minas Gerais. P. 43

Do Sr. Pedro Beltrão.- Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo por que restringiu o favor do aviso de 30 de junho aos lavradores servidos pela estrada de ferro D. Pedro II. P. 43

Do Sr. Coelho Rodrigues.- Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, se peçam ao governo informações sobre o seguinte:

1º se existe na secretaria alguma reclamação ou reclamações sobre dinheiro remetido por intermédio da estrada de ferro D. Pedro II e extraviado ou entregue sem as precisas cautelas a pessoas estranhas ao destinatário;

2º Há quanto tempo está pendente cada uma dessas reclamações de decisão do ministro;

3º Por que têm sido demoradas essas decisões. P. 43

Do Sr. Elpidio Mesquita. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, se informem quais os motivos por que não foi ainda realizado o resgate da estrada de ferro da Bahia e Alagoinhas. P. 41

Do Sr. Henrique Salles. – Requeiro se peçam ao governo, por intermédio do Ministério da Justiça, as seguintes informações:

Quantos juizes de direito se acham atualmente em disponibilidade;

Qual a importância total dos vencimentos que eles percebem;

Quantas remoções com acesso tem feito o governo a contar de 10 de março do corrente ano até hoje;

Quantas nomeações novas para vagas abertas em consequência de tais remoções. P. 76

Do Sr. Matta Machado. – Requeiro que o governo informe, pelo Ministério da Agricultura, se julga ou não conveniente dar começo desde já à construção de uma galeria de aguas pluviais na rua Malvino Reis, reclamada pela Inspetoria de Higiene como indispensável à salubridade de importante e populoso bairro do Rio Comprido. P. 96

Do Sr. Rodrigues Peixoto. – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, se informe detalhadamente o seguinte:

Quanto se tem gasto no corrente exercício, por conta da verba – Terras Públicas e Colonização?
P. 96

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo que motivos determinaram a exoneração do cargo de Inspetor Geral de Higiene Pública do ilustre e benemérito cidadão Barão de Ibituruna, que ali prestou e poderia ainda prestar relevantíssimos serviços ao país. P. 96

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se já foram pagos os salários dos operários do correio desta corte. P. 96

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo que motivos impedem de se efetuarem na estrada de ferro D. Pedro II as experiências requeridas sobre os aparelhos inventados pelo artista brasileiro Antonio José Martins, denominado um – *aparelho Rocha*, para abrir e fechar automaticamente agulhas de estradas de ferro e outro – *carro correio*, para receber, sem parar o trem, as malas nas estações, aparelhos que têm merecido os maiores encômios dos órgãos competentes, quais a *Revista do Club de Engenharia* e a *Revista de Estradas de Ferro*. P. 97.

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo que motivos impedem o juiz de direito da 1ª vara de S. Paulo de dar andamento à petição de graça do preso Luiz Cormenale, a qual, documentada com a cópia inteira do processo, foi remetida àquele juiz a 17 de Fevereiro do corrente ano, pela presidência da província, cuja secretaria, ao que consta, tem feito em vão reiteradas reclamações a respeito da demora, sem que a nada se mova o juiz a despeito de vivamente instigado na tribuna e na imprensa. P. 121.

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se é exato que entre várias nomeações infelizes, feitas para a repartição do Correio de Minas Gerais, com preterição de funcionários antigos e de merecimento, foi provido um lugar de 3º escrivão por indivíduo que se achava curatelado. P. 121

Do Sr. Custodio Martins. – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo se tem conhecimento da fuga do coletor da cidade de Ponte Nova, em Minas Gerais; e, no caso afirmativo, que providências tomou para garantir os interesses da Fazenda entregues ao escrivão que não está ainda afiançado. P. 123.

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério do Império, as seguintes informações:

Quais os motivos por que foram reduzidas à metade as rações de gêneros alimentícios, de primeira necessidade, distribuídas aos alunos do internato do colégio de Pedro II. P. 141

Do Sr. Custodio Martins. – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, se peçam ao governo providências urgentes para que seja nomeado coletor para a coletoria do município de Ponte

Nova, Minas Gerais, atualmente por ter-se evadido o exator e ter-se recusado a receber a chave da repartição fiscal o escrivão, estando a mesma fechada e com as portas lacradas. P. 141

Do Sr. Sebastião Mascarenhas. – Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Fazenda, quanto deve a província de S. Paulo ao Estado, por adiantamentos feitos para pagamentos de garantia de juros à estrada de ferro de S. Paulo e Rio, e se tem aquela província concorrido com qualquer quantia para amortização dessa dívida. P. 145.

Do Sr. Coelho Rodrigues. – Requeiro que se peçam ao governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, informações sobre o seguinte:

1º Si, no mês passado ou no corrente, comprou para núcleos coloniais uma fazenda no município de Jacareí e outra no de Jundiaí, da província de S. Paulo, e no caso afirmativo, a quem e por quanto comprou cada uma delas, devendo vir com as respectivas informações cópias dos títulos de domínio dos vendedores.

2º Si, no mesmo período, concedeu aumento de garantia de juro ao engenho central de Lorena, e no caso afirmativo, quando e porque concedeu esse aumento, e de quanto foi ele. P. 166.

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, se peça ao governo:

1º Cópia do edital que chamou concorrentes para a execução das obras do porto de Santos;

2º Cópia das propostas que foram apresentadas para esse fim;

3º Cópia do Tesouro sobre as respectivas vantagens e ônus;

4º Cópia dos recursos, que tiverem sido interpostos da decisão do ministro para o Conselho de Estado, se algum já foi apresentado. P. 166.

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, se peça ao governo que informe:

1º Quantas petições de pagamento por subvenções e contratos de fornecimentos ou obras existiam na Secretaria, devidamente informadas ao tempo em que assumiu a administração da pasta o atual ministro;

2º Desde quando estava cada uma delas no gabinete do ex-ministro ou preparada para o respectivo despacho. P. 166.

Do Sr. Coelho Rodrigues. – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, se peça ao governo que informe:

1º Quantas propostas do diretor geral dos telégrafos para as vagas dos respectivos subalternos existem pendentes da decisão do ministro:

2º Quantas e quais são as pessoas propostas, para que cargos foram apresentadas, desde quando o foram, e porque não tiveram ainda lugar as respectivas nomeações. P. 166.

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Fazenda, se peça ao governo que informe:

1º se é exato que ele emprestou a um dos Bancos desta praça uma soma considerável, e no caso afirmativo, quanto, para e em virtude de que lei emprestou?

2º Porque ainda não deu conhecimento ao parlamento dessa operação importante, apesar de achar-se reunida a Assembleia Geral? P. 166.

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de que as autoridades policiais e os suplentes do juiz municipal da cidade de Cabo Verde (indivíduos sem idoneidade para os cargos que ocupam) têm praticado ultimamente graves irregularidades e abusos, e no caso afirmativo, que providências foram tomadas a respeito. P. 166

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se requisite do governo cópia do processo de responsabilidade intentado contra o escrivão de órfãos da Varginha, província de Minas Gerais, major Herculano Martins da Rocha. P. 166.

Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

A quanto monta a dívida hipotecária nas diversas províncias do Império?

Quais as taxas de juros, prazos e quota de amortização adotados nos empréstimos? P. 166

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça e do Império, preste o governo as seguintes informações:

1º E exato que se está efetuando recrutamento em larga escala nesta Corte?

2º No caso afirmativo, quais as instruções do gabinete a respeito?

3º Tem ele conhecimento de que têm sido presos para o aludido fim empregados de casas comerciais, estrangeiros reconhecidos, cidadãos, em suma, perfeitamente isentos do serviço militar? P. 169

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo se é exato haver sido nomeado Custodio Vieira de Brito para o cargo de tesoureiro da Tesouraria Provincial de Minas Gerais, e no caso afirmativo, qual o motivo por que não se dá publicidade a essa nomeação. P. 169

Do Sr. Pacifico Mascarenhas. – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, informe o governo se tem notícias de roubos e assaltos praticados em diversos lugares por libertos, e que providências tem tomado para evitar a reprodução de semelhantes fatos. P. 169

Do Sr. Matta Machado. – Requeiro que sejam devolvidos à Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, por intermédio do respectivo ministério, os autos, em original, da ação promovida pela Fazenda Nacional contra José Teixeira Pinto, para que seja dos mesmos extraído o traslado para ser cumprida a requisição feita por esta Câmara. P. 170

Do Sr. Pedro Luiz. – Requeiro, por intermédio do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

Qual a importância do crédito aberto ao governo, em Paris, pelo Banco do Brasil;

Em que condições realizou-se esta operação, e quais os seus fins e vantagens, levada a efeito ao mesmo tempo que o governo levantava o empréstimo em Londres. P. 172

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cópia das propostas e informações referentes às obras do cais de Santos. P. 172.

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, preste o governo as seguintes informações:

É exato estar celebrado um ajuste com o Banco do Brasil, mediante o qual o governo se obriga a lhe emprestar sem juros a quantia de seis mil contos de réis?

No caso afirmativo, quais as condições desse ajuste?

Por que motivo, estando aberto o parlamento, nenhuma declaração nele foi feita até agora a respeito do assunto? P. 193

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se não pretende promover as providências necessárias para que se execute o decreto legislativo n. 3259 de 30 de maio de 1885, que ordenou a publicação dos pareceres do Conselho de Estado. P. 193

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo qual a razão por que não sujeita à deliberação da Assembleia Geral a pretensão do Sr. Conde d'Aquila, concernente às fazendas que possuía no Piauí e às terras mencionadas no seu contrato matrimonial. P. 193

Do Sr. Rodrigues Peixoto. – Requeiro que o governo informe se entrou em acordo com o Banco do Brasil sobre empréstimos de dinheiro à lavoura. P. 196

Do Sr. Luiz Moreira. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, se peça ao governo as seguintes informações:

1º se a empresa de navegação do baixo S. Francisco tem-se desempenhado das obrigações sem contrato aprovado pelo decreto n. 7123 de 4 de janeiro de 1879;

2º no caso afirmativo, por que são frequentemente interrompidas as viagens encetadas, não indo os vapores ao ponto terminal da navegação – Piranhas;

3º se apesar de interrompidas as viagens, tem sido paga integralmente a subvenção;

4º E, no caso contrário, quantas multas e em que importância têm sido impostas à mesma empresa, e quais os motivos que determinaram a imposição delas. P. 202

Do Sr. Cesario Alvim. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, forneça o governo cópia da petição dos proprietários da estrada de ferro do Corcovado que pretendem um quilometro de terrenos para cada lado da linha, e das informações a esse respeito prestadas pelo engenheiro fiscal dos Carris Urbanos e inspetor geral das Obras Públicas. P. 202

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

Quadro comparativo da receita arrecadada nas principais Alfândegas do Império nos primeiros semestres do ano de 1887 e 1888, discriminando-se as diversas verbas da receita. P.202

Requeiro se requisite do governo, pelos Ministérios do Império e dos Negócios Estrangeiros, as seguintes informações:

Produziu o desejado efeito no ânimo do Santo Padre a requisição que por aviso de 7 de maio do corrente ano fez o Ministério do Império, por causa dos interesses da imigração ao de Estrangeiros para obter da Santa Sé aumento do número de dispensas do impedimento matrimonial *Cultus disparitas*. Além dos concedidos aos prelados diocesanos no Brasil pelo Breve de 24 de fevereiro de 1874, sob a cominação da pronta adopção de medidas legislativas?

Não entende o governo que o meio cominatório, adotado para obter o favor que se pretende, é incompatível com as boas relações do Império com a Santa Sé?

Si são suficientes medidas legislativas, conforme declara o aviso de 7 de maio, quais são elas? Por que razão o governo não as inicia no parlamento, em vez de as fazer depender da decisão da Santa Sé?

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se já estão executadas as suas ordens relativamente à cessação do abuso de permanecerem no terreno especialmente cedido para prolongamento da rua do Dr. João Ricardo, antiga Sant’Anna, nesta Corte, diversas casas, no dizer do relatório do mesmo Ministério deste ano, em péssimas condições higiênicas, construídas sem licença da Municipalidade e com infração manifesta das respectivas posturas. P. 202

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo o seguinte:

Já está formulado e submetido à sua aprovação o projeto de postura de que trata o ato de 27 de março último, relativamente às condições que cumpre observar nos teatros para evitar incêndios?

Não foi prevenido esse projeto de posturas pelas providências tomadas no mesmo sentido pelo Ministério da Justiça? P. 202

Do Sr. Barros Cobra. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se concedeu à companhia Mogiana de estrada de ferro a necessária autorização para suprimir os trens diários no ramal de Poços de Caldas, da província de Minas Gerais; e no caso negativo, se aprova essa medida, posta em pratica desde novembro de 1887, e quais as vantagens de sua adopção. P. 203

Do Sr. Matta Machado. – Requeiro que sejam devolvidos ao cartório dos Feitos da Fazenda, por intermédio do Ministério da Justiça, os autos em original da ação promovida pela Fazenda Nacional contra José Teixeira Pinto, para que seja do mesmo extraído o respectivo traslado a fim de que seja remetido à Câmara, em cumprimento da requisição feita pela mesma augusta Câmara. P. 204

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério do Império, as seguintes informações:

1º se é exato que em uma das freguesias suburbanas foi constituído um matadouro, que se acha funcionando segundo noticiam os jornais;

2º Qual foi a autoridade que fez a concessão para semelhante estabelecimento;

3º se não houve autorização de autoridade competente, quais as medidas tomadas para fazer cessar tão escandaloso e prejudicial abuso. P. 218.

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, se requisite do governo cópia do inquérito procedido na Bahia acerca da catástrofe do vapor *Dois de Julho* da companhia Baiana. P. 218

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo o seguinte:

Tem conhecimento de que, pelo menos, na província de Minas Gerais, não está em execução a disposição da lei n. 3313 de 16 de outubro de 1887, art. 17, a qual estabelece o abatimento de 20% na taxa do transporte dos jornais pelo Correio?

No caso afirmativo, qual a razão dessa anomalia? P. 218

Do Sr. Pedro Luiz. – Requeiro, por intermédio do Ministério do Império, as seguintes informações:

1º Porque não foi ainda nomeado diretor da Academia das Belas Artes;

2º Porque não foi ainda nomeado professor de arquitetura para a referida escola;

3º Porque ainda não foi nomeado quem interinamente substitua o professor de estatuaría, que se acha licenciado na Europa;

4º Porque ainda não foi nomeado, nas mesmas condições, professor de paisagem;

5º Porque ainda não foi nomeado professor de xilografia;

6º Porque ainda não se mandou abrir novo concurso para o prêmio viagem à Europa – a que têm direito os alunos dessa escola;

7º Pretende o governo extinguir a Academia das Belas Artes;

8º Porque ainda não foi nomeado inspetor efetivo para a Junta de Higiene Publica;

9º Porque ainda não foi nomeado o lente da cadeira de higiene na Escola de Medicina da Corte;

10. Porque ainda não foi nomeado o adjunto da cadeira de terapêutica;

11. Porque ainda não foi nomeado o substituto para a cadeira vaga na Escola de Direito do Recife;

12. Porque ainda não foi nomeado presidente para a província de Minas. P. 246.

Do Sr. Custodio Martins. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento do officio dirigido ao chefe de polícia de Minas Gerais pelos 1º, 2º e 3º suplentes do delegado de polícia de Manhuaçu, no qual pedem exoneração por entenderem não dever servir com o delegado ultimamente nomeado; e, no caso afirmativo, sanciona o governo a nomeação daquele individuo para o cargo de delegado de polícia, quando os seus próprios correligionários políticos afirmam em officio publicado ser representante da autoridade naquele município homem de maus costumes? P. 246

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual a razão porque, estando funcionando regularmente todos os dias o trem do ramal de Ouro Preto, continua o serviço do transporte de malas do Correio da Corte a cargo de um individuo que o faz por meio de animais, quando, pela estrada de ferro, poderia ser feito mais rapidamente e com grande economia para os cofres públicos. P. 246

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

Não julga o governo conveniente tomar medidas acerca da cunhagem de prata, visto como o depreciação desse metal excede de 25% do padrão estabelecido pela legislação vigente? P. 261

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo qual o motivo por que não foi deferido juramento ao Dr. Domingos Maria Gonçalves, que por carta de 18 do corrente naturalizou-se cidadão brasileiro e apresentou-se para cumprir aquele preceito. P. 261

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo:

Qual a quantia ultimamente emitida em moedas de prata?

A essa emissão tem correspondido amortização de igual importância de papel-moeda?

Porque não propõe a modificação do art. 2º decreto n. 625 de 28 de julho de 1849?

Há quanto tempo há interinidade no cargo de diretor da Casa da Moeda? P. 222

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, preste algumas informações o governo acerca do destino que tomou o crédito de 18 mil contos para construção de estradas de ferro estratégicas no Rio Grande do Sul, crédito reputado, há menos de um ano, pelo parlamento, de urgente necessidade. P. 262

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste o governo informações sobre o desacato praticado pela policia da Paraíba do Sul, de que foi vitima o Dr. Silva Jardim, quando, no uso de um direito garantido pela Constituição, realizava uma conferência pública naquela cidade. P. 262

Do Sr. Rodrigues Junior. – Requeiro que se peçam ao governo, pelo Ministério do Império, as informações seguintes:

Si tem conhecimento da emigração de habitantes da província do Ceará para as do Pará e Amazonas, e dos motivos que a têm determinado.

Qual a lei do orçamento que ora regula a receita e despesa daquela província, e o motivo por que a Assembleia Provincial este ano ainda não votou novo orçamento.

Quantas vezes este ano a presidência da província já designou dia para reunião da Assembleia, e quantas, e por que motivos, tem sido adiada.

Si tem conhecimento de que o presidente da província elevou, ultimamente, de 1:200\$ a 2:400\$ os ordenados dos professores Liceu; de haver ele criado a cadeira de história, separando esta matéria da de geografia, e nomeado para ela professor; se sabe haver o mesmo presidente ordenado obras novas no Passeio Público da capital, e bem assim qual a importância de tais despesas e em que lei se fundou o presidente para autorizá-las. P. 264

Do Sr. Pedro Beltrão. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem ciência das graves ocorrências que se dão no presídio de Fernando de Noronha. P. 273

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo:

Si continua como subdelegado de polícia da vila de Leopoldina, em Pernambuco, Pompêo Ayres do Nascimento, desertor e criminoso de morte no termo de Patos, na província da Paraíba.

Porque não procura o governo garantir a vida e a autoridade do juiz municipal do termo de Leopoldina, de Pernambuco, bacharel Manoel Ferreira Escobar Junior, o qual sob as mais terríveis ameaças se acha refugiado na Fazenda de Parnameirim. P. 276

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Marinha, informe o governo qual o número de empregados adidos à Contadoria da referida repartição. P. 276

Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros informe o governo que providências têm sido tomadas ultimamente no intuito de se regular a questão de limites do norte do Império com as possessões da República Francesa. P. 276

Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros informe o governo o seguinte:

Que providências tem sido tomadas ultimamente para se cobrar a dívida da República Oriental do Uruguai ao Império, a qual deve ascender a mais de 18 mil contos?

Têm sido pagos os juros dessa dívida?

No caso negativo, porque não promove o governo esse pagamento?

Já se venceu a última das letras aceitas pelo governo provisório da República do Paraguai pelas transações relativas à estrada de ferro de Assumpção, letras cuja responsabilidade foi transferida à firma Travassos, Patrê & Comp., em virtude de despacho de 23 de setembro de 1884?

Que destino se deu ao dinheiro recebido pelo cônsul brasileiro em Assunção, proveniente do pagamento das letras anteriores, pois não se encontra uma única palavra a respeito nos últimos balanços do Tesouro? P. 276

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo que comunicações tem recebido sobre a invasão do cólera-morbo na República do Peru, nas vizinhanças das províncias do Amazonas e do Pará, e que providências foram tomadas para preservar da epidemia as mencionadas províncias. P. 276

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

Nota circunstanciada de emprego dado até 31 de dezembro de 1887 à quota dos 5% adicionais criados pela lei de 28 de setembro de 1885, destinada ao serviço de colonização, discriminando-se a despesa por províncias. P. 278

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Marinha, preste o governo informações sobre a seguinte notícia inserta n’*O Paiz* de hoje:

É sempre com certo constrangimento que nos ocupamos de assuntos relativos à administração interna da Escola Naval, que de certo tempo a esta parte mais de uma vez tem merecido reparos por parte da imprensa.

Somos agora informados de que o alimento fornecido aos aspirantes é de má qualidade, além de distribuído com parcimônia.

Repetem-se as reclamações quanto à falta de asseio corporal dos alunos, visto não lhes facultarem os meios de tomar banho de água doce, apesar de haver banheiros apropriados no estabelecimento e água canalizada à discricção.

Não é só ao Sr. Ministro da marinha que endereçamos estas reclamações, mas ao Sr. vice-almirante Elisiario Barboza, digno diretor da mesma escola, pois é convicção nossa que ignora ele essas e outras irregularidades.

Aproveitamos a ocasião para lembrar ao Sr. conselheiro Vieira da Silva que o regulamento daquela escola marca para vice-diretor um capitão de mar e guerra e não um capitão de fragata. P. 278

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo o seguinte:

Que aplicação tem tido o último empréstimo externo de £ 6.000.000?

Qual atualmente o saldo disponível dessa quantia?

Qual a importância da dívida flutuante? P. 288

Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros, informe o governo que providências têm sido tomadas para obter do governo da República do Paraguai o pagamento, pelo menos dos juros, das apólices emitidas em virtude do tratado de 9 de janeiro de 1872 e de que são portadores grande número de súditos brasileiros prejudicados pela invasão. P. 288

Do Sr. Rodrigues Peixoto. – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Agricultura, se tem conhecimento das reclamações da imprensa acerca da companhia do gás, que contra a disposição expressa do art. 18 do seu contrato, pelo engenhoso meio de ações, que não representam capital subscrito, denominadas ordinárias, dá aos seus acionistas dividendos de 20%, quando estes não podiam exceder de 8%, prejudicando assim os interesses do consumidor, que vê-se obrigado, para que se atinja aquele resultado, a servir-se de uma luz fraca, oscilante, qual a extraída de uma carvão de má qualidade e cheio de impurezas. P. 306

Do Sr. Domingues da Silva. – Requeiro que o governo informe, pelo Ministério da Justiça, se sabe que o juiz de direito da comarca do Turiaçu, em Maranhão, Dr. João Francisco Poggi de Figueiredo, continua a aliciar os libertos de alguns estabelecimentos agrícolas para prejudicar os proprietários destes, seus desafetos políticos. P. 306

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo em que pé se acham as obras da projetada Universidade na praia da Saudade, especificando a quantia que com ela se tem gasto no exercício corrente. P. 306

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se não pretende levar a efeito no correr da presente sessão legislativa alguma reforma das Escolas de ensino superior, cujas condições são as mais deploráveis possíveis, no dizer dos documentos oficiais. P. 306

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro que se requisitem do governo, pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

A quanto montam as despesas feitas com as obras das Alfândegas da Corte, Bahia, Santos e Pará, e repartições anexas, durante os últimos 20 anos?

Qual o estado destes edifícios? P. 306

Do Sr. Alberto Bezamat. – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, informe o governo:

Qual o resultado do inquérito policial a que se procedeu na vila de Santa Maria Magdalena, província do Rio de Janeiro, sobre o assalto à casa do cidadão Electo Tavares da Silva Mendes, na noite de 10 de Junho próximo passado, e ferimentos praticados pelos assaltantes nas pessoas do subdelegado de polícia, comandante do destacamento e praças, que acudiram ao conflito; e outrossim, que remeta a cópia do inquérito e parecer do Dr. Promotor público da comarca a respeito. P. 307

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, informe o governo sobre o assalto à mão armada praticado contra a fazenda de Santa Clara, freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, propriedade do cidadão Antonio Van Erven, em uma das noites últimas. P. 307

Do Sr. Mac-Dowell. – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, o governo ministre cópia da informação do promotor público da comarca de Santarém, Dr. Turiano Lins Meira de Vasconcellos, a respeito do fato que ultimamente ali se deu entre o dito promotor e o Sr. Joaquim de Freitas Amaral. P. 309

Do Sr. Domingues da Silva. – Requeiro que o governo informe, pelo Ministério da Justiça, se sabe que no dia 26 de maio deste ano, o juiz de direito do Turiaçu, em Maranhão, Dr. João Francisco Poggi de Figueiredo, negou posse e exercício ao escrivão nomeado, cidadão Belarmino da Costa Freire, violando assim o art. 287 do regulamento a que se refere o decreto n. 9.420 de 28 de abril de 1885, somente por não pertencer o nomeado ao partido político que o mesmo juiz dirige ostensivamente em sua comarca. P. 329

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros, informe o governo que comunicações oficiais recebeu acerca dos fatos narrados nos seguintes telegramas, publicados pel’*O Paiz* de 28 e de 31 do corrente:

Pará, 27. Segundo notícias aqui recebidas do Amazonas, deram-se em Iquitos graves fatos, que envolvem ofensas à nação brasileira. A alfândega de Iquitos quis apreender diversos gêneros que conduzia o vapor brasileiro *Araguay*; o comandante opôs-se, sendo preso por ordem do prefeito do departamento. O cônsul brasileiro em Loreto interveio, mas foi desrespeitado, e a bandeira nacional ultrajada.

Pará. 30. As últimas notícias recebidas de Iquitos confirmam as que já demos sobre o conflito provocado pelo comandante do vapor *Araguay*. Carece de fundamento o boato propalado sobre desacatos à bandeira brasileira. O cônsul do Brasil em Loreto está sem meios de transporte para Iquitos e privado assim de reclamar providências sobre os fatos ocorridos. P. 329

Do Sr. Rodrigues Peixoto. – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério de Estrangeiros se tem conhecimento dos fatos graves que a imprensa mencionou, ocorridos em Iquitos, onde foi ultrajada a bandeira nacional e preso o comandante do vapor *Araguay*, e, no caso afirmativo, que providências tomou para que seja reparada a afronta. P. 329

Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Justiça, que motivos determinaram o presidente da província do Rio de Janeiro a demitir, a bem do serviço público, o subdelegado da Paraíba do Sul, Manuel Venancio da Costa, e se essa demissão tem relação com a vistoria por ele procedida no prédio danificado no dia da conferência republicana promovida naquela cidade pelo Dr. Silva Jardim. P. 329

Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Agricultura, que providências tomou para que não se reproduza o ato abusivo que denunciou pela imprensa o benemérito cidadão Nicolau Ribeiro da Silva, de haver um agente brasileiro de colonização recebido, na Europa, de uma senhora belga, que pretendeu emigrar para o Brasil, a quantia de 350 francos, quando esta não devia exceder de 250. P. 329

Do Sr. Pedro Beltrão. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se tem ciência de que acaba de ser suprimido, com grave detrimento para o serviço, um dos trens diários da estrada de Limoeiro e Nazareth. P. 329

Do Sr. Ribeiro da Cunha. – Requeiro que sejam prestadas pelo Ministério da Justiça, as seguintes informações:

Tendo-se dado no presídio de Fernando de Noronha um conflito escandaloso entre alguns funcionários, chegando o diretor a prender o ajudante à ordem da presidência, e o ajudante ao

diretor à ordem do Ministro da Justiça, e entendendo o Conselho que o diretor não tinha competência para suspender o ajudante, se o governo está resolvido a empregar, sem demora, medidas enérgicas para combater a anarquia e reparar as injustiças praticadas no presídio. P. 329

Requeiro que seja dada pelo governo a seguinte informação:

Constando que são insuficientes os socorros prestados pela presidência à população indigente atacada de varíola na província do Pará, quais as providências que pretende tomar o Ministério do Império em tão lamentáveis circunstâncias. P. 329

Requeiro que sejam dadas pelo Ministério do Império as seguintes informações:

Crescendo e aparecendo todos os dias o movimento republicano, como se vê dos manifestos publicados na imprensa, dos *meetings*, das indicações das Câmaras Municipais e das eleições recentemente realizadas, se o governo limita-se a demitir subdelegados de polícia, a consentir no apedrejamento dos edifícios, onde se fazem as conferências políticas ou se pretende ajustar contas de outra espécie para garantir as instituições ameaçadas. P. 330

Do Sr. Paula Primo. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual o traçado do ramal do Cabedelo, na ferrovia do Conde d’Eu, a construir-se na província da Paraíba.

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça se solicite da presidência da província da Paraíba as seguintes informações:

1ª - Cópia do ofício que acompanhou o preso Manoel Felipe Santiago, remetido de Campinas para a capital, e da ordem de soltura do mesmo Santiago, expedida pelo Dr. Chefe de Polícia.

2ª – Cópia da ordem de prisão do oficial de justiça de Campinas que intimou a escolha que conduziu o preso Manoel Felipe de Santiago, a ordem de *habeas corpus* em favor deste expedida pelo juiz de direito da comarca.

3ª – Cópia da sentença de pronuncia do juiz municipal Alfredo D. de A. Espidola por querer apropriar-se da quantia de 551\$ pertencentes a Capellas.

4ª – Cópia da denúncia pelo promotor público de Campinas dada contra o mesmo juiz municipal por ter clandestinamente mandado arquivar um processo de crime inafiançável promovido também por denúncia do mesmo promotor. P. 353

Do Sr. Rodrigues Peixoto. – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Agricultura, se está resolvido a prorrogar o prazo do contrato da Companhia Botanical Garden, concedendo-lhe a linha da Copacabana. P. 353

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, preste informações o governo sobre o motivo por que as companhias de bondes desta Corte ainda não adotaram em seus carros aparelhos salva-vidas, como lhes prescreve disposição legislativa. P. 353

Do Sr. Domingues da Silva. – Requeiro que pelo Ministério da Justiça o governo informe se sabe que o juiz de direito Turiaçu, em Maranhão, Dr. João Francisco Poggi de Figueiredo, exerce

pressão sobre alguns seus jurisdicionados para obter atestados em desabono das demais autoridades da comarca. P. 380

Do Sr. Ribeiro da Cunha. – Requeiro que, por intermédio da secretaria, informe a Mesa da Câmara dos Srs. Deputados se da ata da sessão em que se pediu urgência para discutir-se o projeto sobre a liberdade dos cultos, consta que a questão foi colocada no terreno da confiança política, como afirmou no Senado o Sr. Ministro do Império. P. 389

Do Sr. Domingues da Silva. – Requeiro que o governo informe pelo Ministério da Justiça:

1º se tem conhecimento de que a sedição que na noite de 26 de novembro do ano próximo passado sobressaltou a população da cidade de Turiaçu, em Maranhão, obrigando a serviço a guarda nacional para sufocá-la, foi excitada pelo juiz de direito da comarca, Dr. João Francisco Poggi de Figueiredo, em cuja casa se reuniram os sediciosos;

2º Se, já havendo o mesmo Dr. Poggi de Figueiredo entrando em outra sedição na capital da província do Espírito Santo, como consta do Ministério do Império e dos Anais do Senado, pode ele continuar na magistratura sem perigo para a ordem pública. P. 390

Do Sr. Ribeiro da Cunha. – Requeiro que sejam prestadas pelo Ministério da Justiça as seguintes informações:

Convencido o governo de que em Fernando de Noronha não se cumprem as sentenças, os réus de crimes os mais abomináveis exercem autoridade e fiscalização sobre os delinquentes de menor crime e sem maior imputação vivem e convivem sem respeitar a própria natureza, os vínculos do matrimonio, os direitos ainda os mais sagrados, sendo certo que desde 1865 são mais vivos os clamores, mais instantes as queixas e maior a verba de despesa; se o Sr. Ministro da Justiça confia na catequese a que pretende recorrer, na utilidade da sua viagem ao mesmo presídio, que reconhece em condições desgraçadas, ou se acredita que é urgente a supressão de um estabelecimento, que tem sido um grande escândalo, um rendez-vous de tudo o que há de baixo e vil, segundo a declaração do próprio Sr. Ministro, que mesmo de longe vê perfeitamente o presídio. P. 390

Requerimentos apresentados por diversos

Da **Diretoria do Club Recreativo do Rio Pardo**, pedindo para ser isento o mesmo clube do pagamento do imposto que lhe lançou indevidamente a Coletoria da mesma cidade. P. 2

De **Melchert & Comp.**, pedindo os mesmos favores autorizados pela lei n. 3348 em relação à indústria de tecer, tornando assim extensiva à fábrica de papel que os suplicantes propõem-se a fundar no Salto de Itu, província de São Paulo. P. 2

Do **capitão honorário do exército Manoel Cortez Pinheiro**, pedindo pagamento dos vencimentos do lugar que exerceu no depósito de artigos bélicos em Corumbá, que ainda não foram pagos por falta de verba na lei de orçamento. P. 2

Do **Dr. Richard Flint Welby**, pedindo a concessão de um privilégio para construção de uma estrada de ferro de Sabará até Goiás (capital). P. 17

Dos **operários da Imprensa Nacional e Diário Oficial**, pedindo os mesmos favores e garantias que gozam os operários da Casa da Moeda, por virtude do decreto n. 5536 de 31 de janeiro de 1874. P. 17

Da **Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo**, pedindo isenção do imposto de herança e legados, de transmissão de apólices e de quaisquer bens de raiz, que por qualquer título venham a pertencer à mesma escola. P. 63

Dos **práticos do rio Amazonas e seus afluentes**, pedindo que, na decretação de uma lei especial, seja concedida permissão para poderem comandar vapor das companhias subvencionadas pelo Estado em navegação fluvial. P. 63

Dos **serventes da Tesouraria de Fazenda de Belém**, pedindo a equiparação dos seus vencimentos aos que percebem os da Alfândega da mesma cidade. P. 63

Dos **fiéis dos armazéns da Alfândega de Belém**, pedindo equiparação dos vencimentos aos que percebem os 2^{os} escrivães nas Alfândegas de Pernambuco e Bahia. P. 63

De **Alexandre Agripino do Nascimento**, carcereiro da cadeia da vila d'Água Preta, pedindo o pagamento a que tem direito e de que tem deixado de ser satisfeito por falta de quota. P. 64

De **D. Maria Innocencia Fernandes de Souza**, pedindo uma pensão. P. 95

Do **Barão de Jaceguay**, pedindo autorização legislativa para contratar com o governo o serviço da Companhia Nacional a Vapor entre o Brasil e Europa, que se propõe fundar, de acordo com as bases que apresenta. P. 120

De **Leonardo das Neves Fraga**, pedindo o restabelecimento da verba para gratificar o emprego que exerce, e que foi suprimido. P. 164

Do **Dr. João Pereira Monteiro**, pedindo um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 164

Do **desembargador Casemiro de Senna Madureira**, pedindo um ano de licença para tratar-se. P. 168

De **Manoel Quirino Abbadia**, pedindo pagamento do soldo e melhoramento de reforma. P. 168

De **D. Maria Candida de Avilez Moreira**, pedindo relevação da prescrição em que incorreu para receber meio soldo. P. 168

Dos **mestres e operários das oficinas da Estrada de Ferro D. Pedro II**, pedindo a concessão dos mesmos favores e regalias que são concedidos à classe operária dos arsenais de guerra e marinha, quando se invalidam no serviço do Estado. P. 168

Do **juiz de direito José Manoel Cavalcanti de Almeida**, pedindo um ano de licença com os seus vencimentos, para tratar de sua saúde na capital da Bahia ou de Pernambuco. P. 191

De **Leopoldo Cabral**, pedindo a consignação de verba para pagamento do lugar que exerceu na extinta comissão de açudes (província do Ceará). P. 245

De **Arnaldo Gonçalves Salgado Guimarães e José Maria Guedes Telles de Sampaio**, pedindo privilégio exclusivo por 25 anos para abertura de uma rua e para a construção de prédios segundo os conselhos da higiene. P. 246

Do **2º tenente do 3º regimento de artilharia a cavalo Antonio Ignacio da Cruz**, pedindo para, nas promoções de tenente das armas de infantaria e cavalaria, concorrer com os alferes das referidas armas. P. 246

Do **Dr. Maximiano Marques de Carvalho**, representando sobre a necessidade urgente de se extinguir a febre amarela. P. 246

De **Domingos Itacolomy Guanabara Ferreira**, pedindo para ser-lhe abonado o soldo por inteiro da patente de capitão, visto ter sido reformado por decreto de 13 de junho deste ano. P. 261

Do **porteiro e contínuos da Inspeção Geral das Obras Públicas**, pedindo que seus vencimentos sejam equiparados aos dos empregados de igual categoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. P. 261

Do **Dr. Climaco Barbosa**, pedindo autorização para organizar no Império bancos de emissão. P. 275

De **Sotero Joaquim de Almeida**, pedindo melhoramento de sua reforma. P. 306

Dos **empregados do Arsenal de Guerra da província do Rio Grande do Sul**, pedindo aumento de vencimento. P. 327

De **Francisco Alexandre Coimbra de Macedo**, pedindo relevação da prescrição em que incorreu, a fim de receber a pensão que lhe foi concedida. P. 327

Do **Dr. Manoel Odorico Mendes e outro**, reclamando contra a pretensão do engenheiro Brande de Carvalho, e outro da abertura de várias ruas na área limitada entre as ruas do Barão de Capanema, Sant'Anna, Conde d'Eu e Visconde de Sapucaí. P. 389

Representações

Dos **operários do Arsenal de Marinha da Corte**, reclamando contra a disposição do orçamento do Ministério da Marinha, ora em discussão, que revoga o art. 159 do regulamento que baixou com o decreto de 2 de maio de 1874. P. 9

Da **Câmara Municipal de Paranaguá**, sobre a necessidade de se fazer melhorar o estado atual do porto da mesma cidade. P. 17

Dos **agricultores de Sant'Anna do Sapê**, província de Minas Gerais, pedindo indenização da propriedade escrava extinta pela lei de 13 de maio deste ano. P. 19

De **cidadãos residentes na cidade de Barbacena**, sobre a necessidade de ser convocada uma assembleia constituinte. P. 22

Da **Câmara Municipal da cidade de Rezende**, província do Rio de Janeiro, sobre a necessidade da convocação de uma constituinte, e sobre a urgência de ser decretada uma lei indenizando os ex-proprietários de escravos com terrenos devolutos. P. 45

Da **Câmara Municipal da cidade da Limeira**, província de São Paulo, pedindo a convocação de uma constituinte. P. 64

Dos **moradores da freguesia de Santa Catarina**, município da Christina, província de Minas Gerais, pedindo indenização do prejuízo que sofreram com o resultado da lei n. 3353 de 13 de maio último. P. 65

Dos **empregados do Arsenal de Guerra de Pernambuco**, pedindo aumento de vencimentos. P. 76

Da **Câmara Municipal de São José do Paraíso**, província de Minas Gerais, sobre a conveniência de ser abolido o imposto de 5% adicionais. P. 95

Da **Câmara Municipal de Juiz de Fora**, pedindo a decretação da lei de auxílios à lavoura com modificações. P. 99

Da **mesma Câmara Municipal**, pedindo a decretação de uma lei de locação de serviços domésticos e agrícolas. P. 99

Da **diretoria da Associação Comercial em Porto Alegre**, pedindo a construção de um porto artificial nas Torres. P. 125

Da **Praça do Comércio de Porto Alegre**, reclamando contra o aumento do imposto de indústrias e profissões, decretado pelo regulamento de 22 de fevereiro último. P. 164

Do **Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão**, pedindo indenização dos prejuízos causados pela lei de 13 de maio do corrente ano. P. 173

Dos **negociantes**, agricultores e proprietários da província das Alagoas, pedindo a construção de um ramal para a vila da Assembleia, entroncando na via férrea já existente na província. P. 195

Da **Câmara Municipal de Campinas**, província de São Paulo, reiterando o pedido já feito em 1886, para aumento da representação da mesma província. P. 201

Dos **lavradores de Tombos de Carangola**, reclamando indenização do valor de seus ex-escravos. P. 219

Da **Praça do Comércio de Porto Alegre**, contra o imposto de 5% sobre indústrias e profissões, e bem assim os ofícios da Associação Comercial do Rio Grande relativos à supressão a todas as repartições das fronteiras da província de guias às fazendas por ali introduzidas. P. 224

Dos **habitantes da cidade da Cachoeira e paróquia de São Felix e Muritiba**, na província da Bahia, pedindo o prolongamento da via férrea Central e ramais convergentes. P. 225

Da **Ilma. Câmara Municipal da Corte**, contra a conclusão do parecer n. 47, de 4 de julho do corrente ano, da comissão de administração provincial e municipal desta Câmara, que tomou conhecimento de uma petição dos negociantes Monteiro, Hime & Comp. P. 245

Dos **professores públicos de instrução primário do município da Corte**, pedindo aumento de vencimentos. P. 246

Da **Sociedade Comércio da Bahia**, pedindo isenção de direitos para aquisição de prédios que lhe sejam adjudicados por dívida hipotecária ou de outra sorte. P. 246

De **agricultores, comerciantes e proprietários do município de Caxias**, província do Maranhão, pedindo indenização do valor de seus ex-escravos. P. 248

Da **Assembleia Provincial do Piauí**, sobre a conveniência e utilidade de fazer escala, pelo porto da Amarração da mesma província, os paquetes da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor. P. 250

Da **mesma Assembleia Provincial**, sobre a criação de um bispado naquela província. P. 250

Do **Dr. Antonio Joaquim de Barros Sobrinho e outros**, protestando contra a pretendida indenização a ex-senhores de escravos, e pedindo o cancelamento dos livros da matrícula dos mesmos. P. 262

Dos **comerciantes da praça da Bahia**, pedindo o prolongamento da estrada Central da mesma província. P. 290

Dos **cirurgiões dentistas estabelecidos na Corte**, pedindo que o imposto que tenham de pagar seja igualado no novo regulamento aos que atualmente pagam os médicos e cirurgiões. P. 307

Da **Câmara Municipal da cidade de Uruguaiana**, pedindo que as apólices dadas pelo Paraguai, como indenização dos prejuízos sofridos pelos habitantes daquele município, com a invasão paraguaia, sejam permutadas por outras da dívida pública. P. 307

Da **Câmara Municipal da vila da Assembleia**, da província das Alagoas, solicitando auxílios a fim de ser construído o ramal que foi concedido pela lei provincial de 28 de junho de 1885 e contratado com a Estrada de Ferro das Alagoas. P. 327

Da **Câmara Municipal da vila de Atalaia**, província das Alagoas, pedindo se concedam favores à Companhia Inglesa para que leve a efeito a construção de um ramal que, partindo da linha em tráfego, vá àquela vila, seguindo pelo vale do Paraíba até a vila da Assembleia. P. 327

Dos **lavradores e negociantes de Imbituba**, na província do Paraná, reclamando indenização pelos escravos de sua propriedade, libertos pela lei de 13 de maio. P. 327

Dos **donos e operários de fábricas de chapéus da cidade de Pelotas**, solicitando vários favores em benefício de sua indústria. P. 331

Da **Câmara Municipal de Itaqui**, província do Rio Grande do Sul, pedindo que o governo chame a si, considerando do Estado, a dívida resultante dos prejuízos que sofreram os brasileiros com a invasão paraguaia naquela província. P. 331

Da **Câmara Municipal da cidade de Christina**, na província de Minas Gerais, pedindo indenização do valor dos ex-escravos. P. 353

Da **Sociedade Promotora de Colonização e Imigração da província de Pernambuco**, solicitando favores para a construção de um ramal da linha férrea, de bitola estreita, que, cortando os vales de Jacuípe, ligue a extinta, colônia “Socorro” à estação de Água Preta. P. 393

Indicação

Do **Sr. Affonso Celso**. – Indico que a comissão de polícia reveja o atual regimento interno da Câmara, no intuito de reformá-lo, entre outros, nestes dois pontos:

1º Nos artigos concernentes às interpelações, de modo que fique fora de qualquer dúvida que elas são um direito do deputado, limitado apenas pela conveniência publica, não podendo ser encerrado o respectivo debate, uma vez aceitas, senão por deliberação expressa da Câmara;

2º Nas disposições relativas ao escrutínio secreto por meio de esferas sobre negócios de interesse particular, escrutínio esse que deve ser suprimido, já porque não tem provado bem na prática, já porque é atentatório da dignidade parlamentar. P. 193

Propostas do Poder Executivo

Pelo **Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros**. – Concedendo o crédito suplementar de 73:388\$456, para ser aplicado às despesas da rubrica 7ª – Comissão de limites – da lei do orçamento do exercício de 1886-1887 e 2º semestre do ano de 1887. P. 29

Projeto de lei apresentado por deputados

N. 31 – 1888 – Do Sr. Zama e outros senhores deputados sobre prolongamento das vias férreas existentes e construção de novas – plano geral de viação férrea ligando entre si ás províncias e o litoral. P. 29

Projetos de lei submetidos à discussão

N. 8 B – 1888 – Da comissão de constituição e legislação, sobre uma emenda substitutiva apresentada na discussão do projeto n. 8 A do Senado, relativo ao exercício das funções dos membros do Supremo Tribunal de Justiça, quando deputados, no intervalo das sessões. P. 2

N. 37 – 1888 – Da comissão de orçamento, fixando a despesa do Ministério da Marinha para 1889. P. 10

N. 38 – 1888 – Da mesma comissão, concedendo crédito suplementar ao Ministério da Marinha ás verbas – Corpo d’Armada, Força naval e Etapa – do exercício de 1886-1887. P. 11

N. 46 – 1888 – Da mesma comissão, fixando a despesa do Ministério da Justiça para 1889. P. 36

N. 49 – 1888 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre redução do imposto predial em favor da Venerável Ordem terceira do Carmo da Corte. P. 64

N. 50 – 1888 – Da mesma comissão, sobre licença ao bacharel Joaquim Barbosa Lima, desembargador da Relação de Goiás. P. 76

N. 42 – 1888 – Da comissão especial, sobre a proposta do Poder Executivo eu dá nova organização aos bancos de crédito real. P. 82

N. 33 – 1888 – Da comissão de orçamento, sobre fixação da despesa do Ministério da Guerra para o exercício de 1889. P. 157

N. 40 – 1888 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, concedendo licença ao desembargador Constantino José da Silva Braga. P. 177

N. 55 – 1888 – Da mesma comissão, concedendo licença ao bacharel João da Cunha Pereira Beltrão, juiz de direito da comarca de Caçapava, no Rio Grande do Sul. P. 177

N. 22 – 1888 – Da mesma comissão, concedendo licença a Joaquim Francisco do Nascimento, 2º escriturário da Tesouraria de Fazenda da Paraíba do Norte. P. 177

N. 15 – 1888 – Da mesma comissão, concedendo licença ao vigário colado da freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, província do Rio de Janeiro, cônego Diniz Affonso de Mendonça e Silva. P. 177

N. 31 – 1888 – Da mesma comissão, concedendo licença ao desembargador Luiz de Albuquerque Martins Pereira. P. 177

N. 59 – 1888 – Da comissão de orçamento, sobre fixação da despesa do Ministério da Agricultura para o exercício da 1889. P. 241

Projetos que ainda não foram discutidos, mas sobre os quais já há parecer das respectivas comissões

N. 47 – 1888 – Da comissão de administração provincial e municipal, sobre posturas da Câmara Municipal da Corte relativas a depósitos de gêneros inflamáveis. P. 3

N. 48 – 1888 – Da comissão de marinha e guerra, sobre transferência de arma ao alferes José Candido da Costa Maia. P. 41

N. 33 A – 1888 – Da comissão de constituição e legislação sobre o projeto n. 33 do Sr. deputado Ferreira Vianna – repressão da ociosidade. P. 67

N. 52 – 1888 – Das comissões de administração provincial e municipal e de fazenda, sobre prolongamento das ruas das Laranjeiras e do Senador Correia. P. 96

N. 41 A – 1888 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre bens de raiz à fábrica da igreja matriz da cidade de Cataguazes, na província de Minas Gerais. P. 165

N. 54 – 1888 – Da mesma comissão, sobre aposentadoria de Domingos da Costa Pereira, conservador do gabinete de botânica da Escola Politécnica. P. 165

N. 55 – 1888 – Da mesma comissão sobre licença ao bacharel João da Cunha Pereira Beltrão, juiz de direito da comarca de Caçapava, no Rio Grande do Sul. P. 165

N. 56 – 1888 – Da comissão de orçamento e contas, sobre crédito suplementar de 73:388\$156 ao Ministério de Estrangeiros para ser aplicado às despesas da rubrica 7ª – Comissão de limites da lei de orçamento do exercício de 1886-1886 e 2º semestre de 1887. P. 175

N. 57 – 1888 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, concedendo licença ao Dr. João Pereira Monteiro, lente catedrático da Faculdade de São Paulo. P. 192

N. 58 – 1888 – Da mesma comissão, concedendo licença ao bacharel Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, desembargador da Relação de S. Luiz. P. 192

N. 60 – 1888 – Da mesma comissão, sobre contagem de tempo ao capitão-tenente Antonio Calmon du Pin e Almeida. P. 328

Pareceres de comissões

N. 88 – 1888 – Da comissão de constituição e legislação, sobre licença ao deputado José Marcellino de Souza. P. 2

N. 89 – 1888 – Da mesma comissão, sobre licença ao deputado Barão de Araçagy. P. 2

N. 90 – 1888 – Da comissão de marinha e guerra, sobre reversão para o quadro efetivo do exército do tenente reformado José Caetano da Silva. P. 40

N. 91 – 1888 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre isenção de direitos à fábrica de papel estabelecida em Itu, província de São Paulo. P. 40

N. 92 – 1888 – Da mesma comissão, sobre melhoramento de aposentadoria a João Baptista Marques Fogaça, ex-contador dos correios de Goiás. P. 04

N. 93 – 1888 – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos operários do Arsenal de Marinha da Corte. P. 40

N. 94 – 1888 – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos operários de construção naval do Arsenal de Marinha do Pará. P. 41

N. 95 – 1888 – Da mesma comissão sobre aposentadoria aos operários do *Diário Oficial* e Imprensa Nacional. P. 66

N. 96 – 1888 – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos dos empregados da Intendência e do Arsenal de Guerra da Corte. P. 66

N. 97 – 1888 – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos ao tesoureiro da Tesouraria de Fazenda de Pernambuco, Franco Cavalcanti de Albuquerque. P. 66

- N. 98 – 1888** – Da mesma comissão sobre aumento de vencimentos aos escreventes de 2ª classe do Arsenal de Guerra da Bahia. P. 66
- N. 99 – 1888** – Da mesma comissão, sobre isenção de favores ao Club Recreativo do Rio Pardo, província do Rio Grande do Sul. P. 66
- N. 100 – 1888** – Da mesma comissão sobre melhoramento de reforma do 1º cirurgião reformado do Corpo de Saúde do Exército, Dr. Florencio Francisco Gonçalves. P. 66
- N. 101 – 1888** – Da mesma comissão, sobre restituição de quantias à Sociedade Amante da Instrução. P. 95
- N. 102 – 1888** – Da mesma comissão, sobre auxilio à Companhia Vinícola Brasileira. P. 95
- N. 103 – 1888** – Da mesma comissão sobre troco de nota de estampa e serie já recolhida. P. 95
- N. 104 – 1888** – Da mesma comissão sobre dispensa de pagamento de imposto em favor do Recolhimento de Nossa Senhora da Gloria, do Recife. P. 95
- N. 105 – 1888** – Da comissão de agricultura, comércio, indústria e artes sobre melhoramento do porto de Paranaguá, na província do Paraná. P. 140
- N. 106 – 1888** – Da comissão de orçamento, sobre vencimentos de Angelo Rolim de Souza Moreira, carcereiro da cadeia da Gloria de Goitá, em Pernambuco. P. 140
- N. 107 – 1888** – Da comissão de constituição e legislação, sobre a eleição de deputado pelo 9º distrito da província do Rio de Janeiro. P. 140
- N. 108 – 1888** – Da comissão de instrução pública e negócios eclesiásticos, sobre catequese e civilização de índios botocudos das florestas da Bahia. P. 164
- N. 109 – 1888** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre auxílio pecuniário em favor da junta administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Recife. P. 164
- N. 110 – 1888** – Da mesma comissão, sobre pagamento de meio soldo a D. Maria Barbara Martins de Albuquerque. P. 164
- N. 111 – 1888** – Da mesma comissão, sobre relevação de dívida de imposto de taxa de escravos em favor de D. Anna Amelia de Miranda Trindade. P. 165
- N. 112 – 1888** – Da mesma comissão sobre aumento de vencimentos a Leonidio Guimarães, escriturário da repartição fiscal da estrada de ferro da Bahia. P. 165
- N. 113 – 1888** – Da mesma comissão sobre isenção de direitos em favor do colégio de órfãs dirigido pelas irmãs Anna e Ludgera, na província do Rio Grande do Sul. P. 168
- N. 114 – 1888** – Da mesma comissão, sobre aposentadoria de Manoel Caetano Vieira da Paz, empregado do Arsenal de Guerra de Pernambuco. P. 169
- N. 115 – 1888** – Da mesma comissão, sobre isenção de direitos em favor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na província da Bahia. P. 169

N. 116 – 1888 – Da mesma comissão, sobre meio soldo a D. Fortunata Candida Pinto Ribeiro. P. 169

N. 117 – 1888 – Da comissão de agricultura, comércio e obras públicas, sobre concessão de terras devolutas à província de Goiás, para o estabelecimento de núcleos coloniais. P. 192

N. 118 – 1888 – Da mesma comissão, sobre o requerimento do Dr. Richard Flint Welby para construção da estrada de ferro da cidade Sabará, na província de Minas Gerais, até a capital de Goiás. P. 192

N. 119 – 1888 – Da mesma comissão, sobre proposta de Carlos Gianelli e outros para construção da estrada de ferro da capital da província do Paraná até a fronteira com a República Argentina à margem do rio Paraná. P. 192

N. 120 – 1888 – Da mesma comissão, sobre petição de Arthur Henry Carling e outros para introdução, venda e pesca do salmão e da truta. P. 192

N. 121 – 1888 – Da mesa comissão sobre favores à fundação de uma fábrica de papel, pretensão de Honorio Lima. P. 192

N. 122 – 1888 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre isenção de impostos em favor da escola domestica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis. P. 261.

N. 123 – 1888 – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados da Diretoria de obras públicas. P. 287

N. 124 – 1888 – Da mesma comissão, sobre meio soldo a D. Anna Coelho de Figueiredo. P. 287

N. 125 – 1888 – Da mesma comissão, sobre revogação do Decreto n. 3274 A de 1886 – petição dos operários do Arsenal de Marinha da Corte. P. 287

N. 126 – 1888 – Da comissão de agricultura, comércio e obras públicas, sobre petição dos habitantes da ex-colônia do Assunguy, no Paraná, para concessão de terrenos devolutos à Câmara Municipal do Serro Azul, naquela província. P. 306

N. 127 – 1888 – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre licença do juiz de direito José Manoel Cavalcanti de Almeida. P. 306

Preenchimento de vagas em várias comissões

Comissão de fazenda, pensões e ordenados. P. 177, 288, 307, 325

Idem de marinha e guerra. P. 288 e 307

Idem de diplomacia. P. 307

Idem de constituição e legislação. P. 288 e 325

Moção de confiança

Pelo **Sr. A. Figueira**. – A Câmara aprova a solicitude do governo em acudir às urgências atuais da lavoura, e passa à ordem do dia. P. 279

Interpeleções

Do **Sr. Affonso Celso**. – Peço dia e hora para dirigir ao Sr. Ministro de Estrangeiros a seguinte interpelação:

1º Já terminou os seus trabalhos a comissão mista internacional nomeada para explorar o território e os rios em litígio entre o Brasil e a República Argentina? No caso afirmativo, qual o resultado de tais trabalhos? No negativo, porque estão eles interrompidos?

2º É exato haver o governo argentino apresentado ao brasileiro uma proposta razoável para solver a questão? Na hipótese afirmativa, que motivos impedem o governo de aceitar essa proposta como base de decisivas negociações?

3º Não pretende o Brasil tomar parte no congresso internacional que deverá reunir-se em Montevideu para o fim de codificar o direito internacional privado dos povos da América do Sul?

4º Porque não promove a ratificação da convenção sanitária celebrada entre o Império e as republicas platinas?

5º Que providências têm sido tomadas no intuito de se conseguir do governo português que acabe com as vexatórias quarentenas do porto de Lisboa? P. 42 e 46

Dos **Srs. Lacerda Werneck**, Pacifico Mascarenhas, Affonso Penna, Alfredo Chaves e Alberto Bezamat – Requeremos que se marque dia e hora para o Sr. Ministro da Justiça responder à seguinte interpelação:

1º Entende S. Ex. que a ordem pública e a segurança individual estão garantidas no interior das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais?

2º Julga suficientes os meios de que dispõem os governos provinciais para defenderem a propriedade e a vida do cidadão, que começam a correr perigo naquelas circunscrições do Império? P. 193 e 229

Do **Sr. Affonso Celso**. – Requeiro que se marque dia e hora para dirigir ao Sr. Presidente do Conselho a seguinte interpelação:

É exato ter sido assinado um ajuste entre o Banco do Brasil e o governo, comprometendo-se este a emprestar ao referido banco, sem juros, a quantia de 60.000:000\$000?

Qual a razão porque, estando aberto o parlamento, não teve comunicação deste ajuste? P. 196

Do **Sr. Pedro Luiz**. – Requeiro dia e hora para interpelar o Sr. Presidente do Conselho a respeito do seguinte:

1º Obtiveram as companhias estrada de ferro Leopoldina, Príncipe do Grão-Pará e Macaé e Campos autorização do governo para transferirem os seus direitos e obrigações a companhias inglesas?

2º Sendo provinciais as concessões dessas estradas, podem os seus direitos e obrigações ser transferidos sem prévia autorização dos poderes provinciais que as decretaram?

3º No caso de ter sido dada autorização para tais transferências, procurou o governo resguardar os interesses e as conveniências das províncias e dos seus habitantes, e de que modo? P. 276

Do **Sr. Ratisbona**. – Requeiro se marque dia e hora para interpelar o Sr. Presidente do Conselho sobre os seguintes pontos:

1º O governo tem ciência dos motivos que determinaram os sucessivos adiamentos da Assembleia Legislativa do Ceará: o primeiro para março, o segundo para abril e o terceiro para maio deste ano; depois de convocada para votar a lei do orçamento?

2º No caso afirmativo, que providências adotou o governo, ou quais as instruções que expediu ao atual presidente daquela província, no intuito de prevenir a reprodução de tão estranho precedente? P. 316

Do **Sr. Pedro Luiz**. – Requeiro dia e hora para interpelar o Sr. Ministro da Justiça a respeito dos seguintes pontos:

1º se as diversas pessoas ou comissões encarregadas por S. Ex. de elaborarem vários projetos de reformas referentes a serviços pertencentes ao Ministério da Justiça já apresentaram os seus trabalhos;

2º se ás mesmas pessoas ou comissões foram dadas por S. Ex. as bases que deveriam servir à organização das aludidas reformas, e quais essas bases;

3º se essas reformas trazem aumento de despesa, a quanto ascenderá ele, e se o nosso estado financeiro e comporta sem sacrifício do contribuinte;

4º se foi feito o cálculo do aumento da despesa, de acordo com o projeto de reforma judiciaria apresentado ao Senado pelo ilustre Ministro da Justiça, e a quanto sobe ele;

5º se já sugeriu aos presidentes de província os meios de prepararem os elementos necessários para ser exequível no Império esse bom system penitenciário, e quais esses meios;

6º se já pôs em prática providências para aumentar a renda da Casa de Correção da Corte, e quais são elas;

7º se pretende manter a polícia secreta à custa dos cofres públicos, ou passar este encargo aos interessados, casas comerciais, teatros e outros estabelecimentos, e qual a soma com que eles devem concorrer;

8º se não julga conveniente, antes da viagem que S. Ex. pretende fazer a Fernando de Noronha, mandar projetar por uma comissão de engenheiros as obras reclamadas, a fim de esclarecer e habilitar o Corpo Legislativo a votar o orçamento do Ministério da Justiça. P. 345

Do **Sr. Rodrigues Peixoto**. – Requeiro que se marque dia e hora para que o Sr. Ministro da Agricultura responda à seguinte interpelação:

1º Que razões o levaram a preferir para a construção do cais de Santos a proposta de José Pinto de Oliveira e outros?

2º Das seis propostas apresentadas, a preferida era a que ofereceria melhores vantagens ao Tesouro?

3º No caso negativo, por que não foi determinada nova concorrência? P. 353

Eleição da Mesa

Eleição. – Da Mesa. P. 10

ORADORES

A

Affonso Celso, págs. 5, 23, 43, 46 (interpelação ao Sr. Ministro de Estrangeiros), 53, 56 (interpelação ao Sr. Ministro de Estrangeiros), 195, 209 (bancos de crédito real), 276, 278 (empréstimo à lavoura), 307, 330.

Affonso Penna, págs. 10, 100, 290, 335, 336, 357.

Alencar Araripe, pág. 277.

Alfredo Chaves, pág. 288.

Almeida Nogueira, pág. 142.

Andrade Figueira, págs. 43, 46, 54, 110 (bancos de crédito real), 178 (projeto n. 50), 198 (bancos de crédito real), 268 (idem), 278 (empréstimo à lavoura), 279 (idem, moção de confiança), 385 (idem), 313.

Araujo Góes, págs. 25, 285 (moção de confiança), 288.

B

Barão de Canindé, pág. 355.

Barão do Guahy (1º vice-presidente), pág. 10.

Barão de Lucena (presidente), págs. 53, 55, 167, 177, 196, 201, 229, 261, 265, 276, 279 (moção de confiança), 288, 307.

Barão do Rio das Contas, pág. 397.

Barros Cobra, pág. 202.

Bezamat, págs. 24, 201, 204 (orçamento da guerra), 227 (bancos de crédito real), 279 (moção de confiança), 336.

C

Cantão, pág. 255 (orçamento da guerra).

Carlos Peixoto (1º secretário), págs. 5, 18, 42, 99, 200, 218.

Carneiro da Cunha, págs. 5, 167 (voto de pesar), 132.

Castrioto, pág. 304 (orçamento da guerra).

Cesario Alvim, págs. 18, 218, 286 (noção de confiança).

Coelho de Rezende, pág. 179 (projeto n. 50).

Coelho Rodrigues, págs. 43, 250, 375 (orçamento da agricultura).

Costa Pereira (ministro do império), págs. 46, 100, 265, 290.

Custodio Martins, págs. 45, 121, 200, 218.

D

Dias Carneiro, pág. 288

Duarte de Azevedo, págs. 105 (orçamento da justiça), 309.

E

Elpidio Mesquita, págs. 43, 286 (moção de confiança)

Esperidião Marques, págs. 327, 395 (orçamento da guerra).

F

Fernandes de Oliveira, pág. 307.

Ferreira Vianna (ministro da justiça), págs. 56 (orçamento do ministério da justiça), 179 (idem), 335 (interpeação ao Sr. Lacerda Werneck e outros), 346 (interpeação do Sr. Pedro Luiz).

G

Gomes de Castro, págs. 53, 172, 247, 279 (empréstimo à lavoura – moção de confiança), 280, 281 (idem), 288, 390.

Gonçalves Ferreira, pág. 392.

H

Henrique Salles, págs. 21, 264.

J

Jaguaribe, págs. 126, 291, 363 (orçamento da agricultura).

Jayme Rosa, págs. 25 (crédito suplementar ao ministério da marinha), 141.

João Alfredo (presidente do conselho e ministro da fazenda), págs. 205 (bancos de crédito real), 227 (empréstimo à lavoura), 280 (moção de confiança), 282 (idem), 317, 322.

João Penido, pág. 97.

Joaquim Nabuco, págs. 55, 82 (bancos de crédito real), 129, 251 (bancos de crédito real), 261, 262, 286 (moção de confiança).

Joaquim Pedro, págs. 123, 219.

L

Lacerda Werneck, pág. 229 (interpelação ao Sr. Ministro da justiça).

Leitão da Cunha, pág. 400 (orçamento da agricultura).

Lemos, pág. 19.

Lourenço de Albuquerque, págs. 43, 129 (bancos de crédito real), 194, 284 (moção de confiança), 293 (bancos de crédito real).

Luiz Moreira, págs. 225, 309.

M

Mac-Dowell, pág. 36 (orçamento da justiça), 78, 79 (idem), 308.

Maciel, págs. 201, 278 (empréstimo à lavoura).

Mariano da Silva, pág. 197 (orçamento da justiça).

Matta Machado, pág. 56.

Mattoso Câmara, págs. 177, 181 (bancos de crédito real).

Milton, págs. 224, 307, 412 (orçamento da agricultura).

Mourão, págs. 227 (bancos de crédito real), 307.

O

Oliveira Ribeiro, pág. 102 (orçamento da justiça)

Olympio Valladão, pág. 24.

P

Pacifico Mascarenhas, pág. 408 (orçamento da agricultura).

Passos Miranda, págs. 127, 267 (orçamento da guerra), 312, 322.

Paula Primo, págs. 167 (voto de pesar), 332.

Paulino Chaves, págs. 125, 224, 354.

Pedro Beltrão, pág. 254 (orçamento da guerra).

Pedro Luiz, págs. 14 (crédito suplementar ao ministério da marinha), 45, 145, 174, 178 (projeto n. 50), 250, 266 (orçamento da guerra), 346 (interpelação ao Sr. ministro da justiça).

R

Ratisbona, págs. 76, 316, 317, 394 (orçamento da guerra).

Rodrigo Silva (ministro de estrangeiros), págs. 43, 50 (interpelação do Sr. Affonso Celso), 170, 193, 195, 276, 277, 330.

Rodrigo Silva (ex-ministro da agricultura), págs. 44, 155 (bancos de crédito real).

Rodrigues Junior, pág. 262.

Rodrigues Peixoto, págs. 5, 22, 100, 196, 217.

Rosa e Silva, pág. 76.

S

Seve Navarro, pág. 393.

Silva Tavares, págs. 11 (crédito suplementar ao ministério da marinha), 24.

T

Thomaz Coelho (ministro da guerra), págs. 253 (orçamento do ministério da guerra), 360 (idem)

Torres Portugal, págs. 248, 291, 327.

Z

Zama, págs. 76, 146 (orçamento da justiça), 178 (projeto n. 50), 285 (moção de confiança), 355.